



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7064 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT23 - Gênero, Sexualidade e Educação

GÊNERO E EDUCAÇÃO INFANTIL NA BNCC: LACUNAS E ENTRELINHAS

Ronald Torres Oliveira - UFMA - Universidade Federal do Maranhão

Iran de Maria Leitão Nunes - UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

GÊNERO E EDUCAÇÃO INFANTIL NA BNCC: LACUNAS E ENTRELINHAS

Palavras chave: Gênero; Educação Infantil; BNCC.

1 INTRODUÇÃO

O gênero do ser humano é resultado não apenas de aspectos biológicos, mas é socialmente construído a partir das relações sociais que se manifestam com os demais indivíduos da sociedade, e que se diferenciam a partir das variadas culturas existentes. Isso decorre do fato de toda sociedade advir de um processo histórico, com abandono e assimilação de valores que servirão de base para a organização social.

Segundo Meyer (2010), o gênero torna-se o principal colaborador no levante a questões que provoquem a indagação sobre as estruturas normatizadoras oriundas das desigualdades sociais e seus desdobramentos. Isso ocorre devido à instabilidade provocada pela possibilidade de desconstrução das binaridades advindas dos discursos padronizadores de gênero.

De acordo com Lauretis (1994), a forma como são concebidas as ideias de masculino e feminino são usadas para classificar as pessoas nas diferentes culturas, criando um padrão que serve para sistematizar o sexo e os aspectos culturais de acordo com os valores de cada sociedade e a hierarquização social vigente. E, cuja transmissão dessas concepções se dá de forma intergeracional e gerontocrática, na qual se insere a educação infantil.

Para Bísaro (2009) as visões sobre a infância vêm, ao longo do tempo, sofrendo transformações que se adaptam às realidades sociais dos sujeitos. Em geral, há uma ideia

preconcebida de que a educação infantil é o momento em que as crianças são vistas como seres passivos que vão apenas internalizar sem caráter crítico. Entretanto, as crianças durante os primeiros momentos da educação são participativas e questionadoras, conforme afirma:

É importante valorizar o conhecimento que a criança possui, introduzi-lo na ação pedagógica para que a Educação Infantil se torne um ambiente repleto de descobertas com informações diversas e, conseqüentemente, com inúmeras trocas de relatos, de experiências entre as crianças e professores (as), ocorrendo, então, uma interação pedagógica (BÍSCARO, 2009, p. 31).

Desse modo, a Educação Infantil se preocupa com aquilo que as crianças carregam consigo e trazem para a escola, o que inclui as relações de gênero. Assim, ao trabalhar questões capazes de desconstruir os aspectos de uma educação sexista, a Educação Infantil apresenta-se como possibilidade para a redução de opressões provocadas por gênero.

De acordo com a LDB nº 9394/1996, a educação infantil foi constituída como o nível inicial da educação básica, atendendo crianças de 0 a 6 anos, e tem como objetivo principal o desenvolvimento das crianças nos aspectos sensoriais e motores, cognitivos e de socialização. E, no que tange aos atuais dispositivos legais voltados para a educação infantil, podemos destacar a Base Nacional Comum Curricular, de 2017.

Segundo informações disponibilizadas no site do MEC, a BNCC é um conjunto de orientações que deverá nortear os currículos das escolas de redes públicas e privadas de ensino de todo o Brasil. A Base Nacional Comum Curricular trará os conhecimentos essenciais, as competências e as aprendizagens pretendidas para crianças e jovens em cada etapa da educação básica em todo país.

A BNCC pretende promover a elevação da qualidade do ensino no país por meio de uma referência comum obrigatória para todas as escolas de educação básica, respeitando a autonomia assegurada pela Constituição aos entes federados e às escolas. Sendo a LDB um dos marcos legais que embasam a BNCC, a qual dispõe que a educação tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, depreende-se que no âmbito da preconizada plenitude humana encontram-se as questões de gênero. Portanto, seria previsível que elas fossem contempladas no referido documento.

Entretanto, quando se trata da temática de gênero, percebe - se o quanto esse território é tido como “problemático” no espaço escolar e principalmente nas leis, projetos e documentos referentes à educação no Brasil. Muitas críticas concordam que vivenciamos um momento “conservador” iniciado no ano de 2014 e que no presente, no campo educacional, é, segundo Sevilla e Seffner (2017):

[...] palco de controvérsias entre grupos conservadores (em sua maioria formado por grupos religiosos) por um lado e estudiosos e militantes por outro. Projetos como o Escola sem Partido se alastraram pelo Brasil e se somam a discussões sobre a retirada de termos que fazem referência a gênero e sexualidade, em especial a partir de 2014, quando o plano nacional de educação (PNE) exclui estas palavras do documento. (SEVILLA; SEFFNER, 2017, p. 1)

Convém recordar que, no Brasil, a partir da década de 1990, começam a surgir trabalhos na área educacional que criticam a educação dita como formal, sobre o sistema avaliativo e a função das discussões sobre orientação sexual e a concepção midiática sobre o papel da mulher na sociedade. Dentre os estudos sobre gênero na educação brasileira destacam-se os realizados por Guacira Louro, e, no âmbito da educação infantil, temos as contribuições significativas de autoras, como: Fúlvia Rosemberg, Ana Lucia Goulart Faria, Daniela Finco, Deborah Thomé Sayão, Isabel de Oliveira Silva e Iza Rodrigues da Luz.

Assim sendo, reconhecendo as produções e os avanços nos estudos da área, nos interrogamos se e como as questões de gênero estão apresentadas na Base Nacional Comum Curricular, no que tange à Educação Infantil. E elegemos para o presente artigo analisar as proposições quanto às questões de gênero para a Educação Infantil, e ao constatar lacunas sobre a temática, evidenciar, nas entrelinhas do documento, possibilidades de que as mesmas sejam tratadas nesse nível de ensino.

Temos claro que as reflexões sobre a temática demandariam muitas outras, para além das aqui apresentadas, mas consideramos significativo trazê-las à discussão, no desejo de contribuir para dar-lhe visibilidade.

2 LACUNAS E ENTRELINHAS

O documento da BNCC teve três versões, a primeira foi colocada em consulta pública, no período de 16 de dezembro a 15 de março de 2016 e recebeu mais de 12 milhões de contribuições de brasileiros. No mesmo ano, uma segunda versão foi apresentada pelo MEC com sugestões e alterações sugeridas pela consulta popular e pelas contribuições críticas de especialistas, foi entregue ao Conselho Nacional de Educação (CNE), o Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação (Consed). Em seguida, o texto foi submetido a seminários estaduais em todas as unidades da federação, em que novamente foram feitas inserções e alterações até a aprovação de sua terceira e última versão final.

Tomando por base os estudos de Maia (2017), na primeira versão da BNCC surge o interesse pela pauta de discussões sobre gênero e sexualidade. Entretanto, é importante notar que, na maioria das vezes, que a palavra “gênero” aparece, mas ela expressa uma relação no sentido de gênero textual ou algo do tipo. A expressão só irá aparecer no sentido de diversidade e diferenças entre os sujeitos na parte do documento que se refere ao Ensino Médio.

Ao observarmos a primeira e a segunda versão do documento, percebemos que há certo direcionamento para as discussões sobre respeito e diversidade, porém, em sua terceira versão, a BNCC vem de forma bem mais delineada no seu verdadeiro objetivo: produzir mão de obra para o mercado de trabalho. (MAIA, 2017)

Pesquisamos no documento da terceira versão da Base Nacional Comum Curricular (Apresentação, Introdução e os capítulos sobre a “Estrutura da BNCC” e “A Etapa da Educação Infantil”), as palavras-chave: “gênero”, “diversidade” e “direitos humanos”. Constatamos que a palavra "Gênero" somente aparece no Capítulo “Educação Infantil”, no trecho sobre a “Escuta, fala, pensamento e imaginação”, reconhecendo os diferentes usos sociais dos gêneros da escrita.

A palavra "Diversidade" aparece na “Introdução” como nota de rodapé na indicação da referência e apresenta-se relacionada à diversidade cultural. Conotação também presente na “Educação Infantil”, nos seus objetivos de aprendizagem. Nela, onde o documento trata do “O eu, o outro e o nós” consta, nas sínteses das aprendizagens: “Atuar em grupo e demonstrar interesse em construir novas relações, respeitando a diversidade e solidarizando-se com os outros.” (Brasil, 2017, p. 56).

No trecho sobre o compromisso com a educação integral, reporta-se ao saber “conviver e aprender com as diferenças e as diversidades”, e ao “reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades” (Brasil, 2017, p. 16)

Quanto às Competências para a Educação Básica, a referida expressão consta na sexta competência, voltada para a diversidade cultural; na oitava, voltada para diversidade humana quanto aos cuidados físicos e com a saúde. Na nona competência, encontra-se relacionada com os “Direitos Humanos”, quanto “ao respeito ao outro e aos direitos humanos” e à “valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.” (Brasil, 2017, p12).

O termo “Direitos Humanos” também está presente na sétima competência de argumentar e defender ideias, que os respeitem e os promovam; e aparece duas vezes na “Apresentação”, em nota de rodapé indicadora de referências. Quanto à “Educação Infantil” aparece relacionado aos direitos de aprendizagem e ao desenvolvimento da criança.

Portanto, em sua terceira e última versão, a BNCC não apresenta nada relacionado a gênero na Educação Infantil. Todas essas perdas e ausências de discussões de gênero no documento, que serve como norte para a educação brasileira, só servirão perpetuar uma educação machista e sexista no nosso país.

E, de acordo com Silva, Brancaloni e Oliveira (2019) na BNCC o “silenciamento das questões de gênero” ocorre devido a não menção da expressão “gênero” no contexto que aqui estamos abordando. É de grande preocupação que esse documento seja o “padrão” de educação que foi feito para nossos alunos, inviabilizando o senso crítico, os questionamentos e o respeito ao próximo de forma eficaz e inclusiva, fundamentando a escola numa perpétua e triste heteronormatividade.

Por outro lado, as entrelinhas nos apontam possibilidades de enfrentamento mediante o uso dos próprios marcos legais da BCNN, dentre os quais a Constituição Federal de 1988, e a LDB, que em seu o Art. 2, diz que:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de **liberdade e nos ideais de solidariedade humana**, tem por finalidade o **pleno desenvolvimento do educando**, seu preparo para o exercício da **cidadania** e sua qualificação para o trabalho (BRASIL. Lei nº 9.394/96, art. 2, grifo nosso).

Nessa perspectiva, ressaltamos o que consta em sua “Introdução”:

Ao definir essas competências, a BNCC reconhece que a “educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza” (BRASIL, 2013), mostrando-se também alinhada à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). (BRASIL, 2017, p.8).

Ao que acrescentamos a nota de rodapé da página 22, que elenca os documentos que referendam os “temas contemporâneos que afetam a vida humana”, dentre os quais: o Estatuto da Criança e do Adolescente; o Programa Nacional de Direitos Humanos, e as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, cujo teor favorece a construção de uma prática docente voltada para as questões de gênero.

3 BNCC E AS PERDAS PARA A EDUCAÇÃO

Ao longo da BNCC, enxergamos um discurso da construção de uma passividade tanto da/do professora/professor quanto da/do aluna/aluno. Temos o mesmo projeto político sustentado pelas as ideias do que se autodenominou “Escola sem partido”, pois, mediante a

leitura da Base Comum Curricular Nacional, existe a prescrição de uma passividade na apresentação dos conteúdos que devem ser apresentados com uma suposta neutralidade, acriticamente, sem posicionamentos, especialmente quanto às discussões e produções do gênero – pois, do contrário, essas atividades podem ser consideradas como doutrinação.

A última versão do documento não apresenta nenhuma preocupação ou registro sobre as questões de gênero ou de identidade de gênero na educação infantil, como havia anteriormente no RCNEI. Existe apenas uma suposta necessidade de que para que ocorra a equidade educativa é necessário que a

[...] instituição escolar seja deliberadamente aberta à pluralidade e à diversidade e, que a experiência seja acessível, eficaz e agradável para todos, sem exceção, independentemente de aparência, etnia, religião, sexo, identidade de gênero, orientação sexual ou quaisquer outros atributos, garantindo que todos possam aprender. (BRASIL, 2016, v. 3, p. 11).

Para que se desenvolva uma equidade aberta para à pluralidade e à diversidade, é preciso que exista um trabalho pedagógico para as questões de gênero. Existe uma necessidade de abordar estas questões justamente porque elas são construções sociais e discursivas que fazem parte do cotidiano escolar. É absolutamente importante “[...] entender não apenas como se constituíram essas posições de sujeito, mas analisar como a oposição binária subjacente a esse regime se inscreve na produção do saber, na organização social, nas práticas cotidianas [...]” (LOURO, 2016, p. 59).

É necessário compreender esse sujeito que é perpassado por discursos e construções sociais que marcam a sua experiência de vida e escolar. Somos sujeitos históricos e nossas necessidades e desejos mudam constantemente. Alteramos o nosso eu e o nosso corpo à medida que o tempo passa, que os nossos hábitos de vida mudam, quando as nossas possibilidades de prazer se ampliam ou se reduzem e à medida que surgem novas intervenções cirúrgicas, médicas e tecnológicas.

Nesse sentido, a recente BNCC é uma proposta que se baseia em uma pedagogia conservadora, que decide o que falar e o que não falar, quando se trata de temáticas referentes a gênero – aqui temos mais o não falar se compararmos ao RCNEI que orientava o que falar e o que fazer.

Todo esse contexto de retirada de conquistas educacionais na BNCC nos leva à questão do gênero, pois somos produtos de uma classe social que incisivamente nos separa em homens e mulheres heterossexuais e homossexuais, brancos e negros. O gênero, enquanto categoria histórica, se mostrará como uma constante relação de poder. Vale lembrar também da interseccionalidade dessa categoria que se intersecciona com etnia, raça, geração, escolaridade etc.

4 CONCLUSÃO

Diante do exposto, percebermos que a década de 1990 e a produção de documentos e parâmetros voltados tanto para a educação infantil, mesmo com as suas fragilidades discursivas foram importantes, pois possibilitaram que as discussões de gênero e sexualidade fossem realizadas na escola, sem que a/o professora/professor fosse visto como uma/um “doutrinadora/doutrinador”. Não é possível desenvolver uma educação baseada na passividade dos sujeitos, na censura da livre expressão das/dos

professoras/professores e sob o julgo de uma “suposta” neutralidade.

Nesta perspectiva, a intencionalidade foi apontar reflexões sobre se como a BNCC apresenta as discussões de gênero, bem como compreender o papel político de implantação dos mesmos como uma orientação normativa às professoras e professores inseridas/inseridos na educação infantil no que diz respeito a estes conteúdos. Por outro lado, notamos que, apesar das lacunas, o documento traz, nas entrelinhas, indicadores de possibilidades de enfrentamento do que nele está posto.

Nesta perspectiva, vale ressaltar a importância da formação inicial e continuada das/dos professoras/professores, que se criassem espaços de debate entre universidades e escolas e que é preciso ainda considerar que mudanças realizadas na educação a nível macro (MEC) e micro (escolas) precisam de uma ampla discussão com toda a sociedade.

Além disso, observamos que a BNCC apresenta a mesma lógica na aprovação, desenvolvimento e distribuição de documentos anteriores a ela, como o RECNEI. Os dois documentos foram construídos às pressas e aprovados sem o desenvolvimento de uma ampla discussão realizada em todo o país.

Por certo, que as questões aqui levantadas demandarão muitas outras tantas considerações, em especial, se consideramos ser este artigo provocativo da ampliação da discussão da temática. Bem como perceber possibilidades para além das lacunas evidenciadas na BCNN, e, assim, nos abrimos ao que Paulo Freire nos provocou: “assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar.” (FREIRE, 2011, p 23).

REFERÊNCIAS

BÍSCARO, Claudia Regina Renda. **A construção das identidades de gênero na educação infantil**. Campo Grande, 2009. 138p. Dissertação (Mestrado) Universidade Católica Dom Bosco.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998. 101 p.

COSTA E SILVA, Francis Jocineide da. **Construções de identidade de gênero na primeira infância: uma análise da produção científica e do RECNEI**. In REUNIÃO DA ANPED, 37., 2015. **Anais...** Florianópolis, SC: UFSC, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo. Editora Paz e Terra, 2011.

LAURETIS, T. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, B.H. **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LOURO, Glaciari Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MAIA, Marília Milhomem Moscoso. **Gênero no Contexto Escolar da Educação Infantil: produções institucionais RECNEI e BNCC**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação Cultura e Sociedade- UFMA. São Luís, 2017.

MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e Educação: Teoria e política. *In*: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (org.) **Corpo, Gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SEVILLA, Gabriela; SEFFNER, Fernando. **“Escola Sem Partido” e sem “Ideologia de Gênero”**: apontamentos sobre as mudanças na legislação educacional e suas implicações para o ensino de Sociologia. *In*: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE ESTUDOS CULTURAIS E EDUCAÇÃO: Políticas do ressentimento, do medo e da raiva: reverberações na educação, 7., 2017. **Anais eletrônicos...** [S.l.]: SBECE, 2017.

SILVA, Caio Samuel Franciscati; BRANCALEONI, Ana Paula Leivar; OLIVEIRA, Rosemary Rodrigues. **Base Nacional Comum Curricular e diversidade sexual e de gênero: (des)caracterizações**. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 14, n. esp. 2, p. 1538-1555, jul. 2019. E-ISSN: 1982-5587. DOI: 10.21723/riaee.v14iesp.2.12051

WILHELM, Vandiana Borba; NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães. **As reformas neoliberais e suas influências na política de educação especial do Brasil e da Venezuela: explicitando resultados e mudanças a partir dos governos Lula e Chávez**. **Revista Histedbr on-line**, 2012.